



A FORÇA DA TRADIÇÃO: A HISTÓRIA FLUMINENSE E SUAS VARIAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Paulo Knauss¹

Resumo:

O artigo tem como objeto de estudo a escrita da história fluminense, compreendida como a história regional do Rio de Janeiro caracterizada pelo recorte estadual. A partir de um amplo inventário bibliográfico empreendido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), apresenta-se um panorama da historiografia, identificando variações da operação historiográfica, conforme definida por Michel De Certeau. O objetivo é discutir as possibilidades da interpretação histórica a partir do recorte regional, considerando que a escrita da história é uma das formas pelas quais se define a região como uma noção aberta à construção significativa, que não pode ser reduzida ao dado natural. Assim, o trabalho conclui salientando que a escrita da história fluminense elabora diferentes representações do espaço regional fluminense reunidas numa historiografia constituída pela força da tradição.

Palavras-chave: Historiografia; História Fluminense; Estado do Rio de Janeiro; Região; Regionalismo .

Abstract:

The issue of this paper is the writing of the Fluminense history, understood as the regional history of Rio de Janeiro characterized by the state outline. Based on a wide bibliographic inventory undertaken by the Historical and Geographical Institute of Rio de Janeiro (IHGRJ), an overview of historiography is presented, identifying variations of the historiographic operation, as defined by Michel De Certeau. The aim is to discuss the possibilities of a historical interpretation from the regional perspective, considering that the writing of history is one of the ways in which the region is defined as a notion open to meaningful construction, that can't be reduced to a natural fact. Thus, the work concludes by pointing out that writing of history produces different representations of the regional Fluminense space gathered in a historiography constituted by the persistence of tradition.

Keywords: Historiography; Fluminense History; State of Rio de Janeiro; Region; Regionalism.

A escrita da história fluminense é rica e variada, reúne inúmeros títulos e autores, mas convive com a ausência de centros de referência especializados e repertórios sistemáticos, situação agravada pela falta de coleções bibliográficas exaustivas. Observa-se que há títulos que nunca deixaram de ser consultados e que aparecem citados pontualmente como fontes de informações factuais, submetidas ao uso instrumental, evitando a interrogação historiográfica ou da história da escrita da história.²

1 Historiador, professor da Universidade Federal Fluminense. Sócio Efetivo do IHGRJ, do qual foi Presidente.

2 Cabe destacar a originalidade das pesquisas de Rui Aniceto Nascimento Fernandes desde seu doutorado: FER-NANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense; a escrita da história e os usos do passado no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950; Tese de doutorado em História Social da Cultura*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

É possível considerar que a situação apontada decorre do fato de que a pesquisa da história fluminense nunca encontrou uma via de institucionalização. Conforme indicou Carlos Wehrs, o empenho em estabelecer o Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, que existiu entre 1909 e 1918, na cidade de Niterói, então capital estadual, não prosperou.³ O estabelecimento desse tipo de instituição acadêmica difundida no Brasil, teve que aguardar décadas para reviver de modo bem diferente no atual Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) que assumiu um caráter original no meio das instituições congêneres por se dedicar à história da cidade e do estado ao mesmo tempo. No âmbito universitário, a antiga Faculdade Fluminense de Filosofia, sediada em Niterói, implantou um programa de Estudos Fluminenses, que mesmo reunindo nomes importantes da pesquisa em Humanidades, sob a liderança intelectual de Marcos Almir Madeira, não vingou ao longo dos anos.⁴ Contemporaneamente, no conjunto das linhas de pesquisas universitárias e dos programas de pós-graduação existentes, o enfoque regional em perspectiva histórica também não tem encontrado terreno fértil para sua institucionalização.⁵

Diante desse quadro, propõe-se uma reflexão sobre a escrita da história fluminense oferecendo um panorama com base em amplo inventário bibliográfico sobre a história fluminense empreendido no âmbito das atividades do IHGRJ.⁶ A análise se desenvolve caracterizando vertentes da escrita da história fluminense a partir da identificação de variações da operação historiográfica.⁷ A pesquisa tem a intenção de discutir as possibilidades da interpretação histórica a partir do recorte regional, considerando que a escrita da história é uma das formas pelas quais a região, em não sendo dado natural, define-se como uma noção aberta à construção significativa.⁸

3 WEHRS, Carlos. *Niterói, cidade sorriso; história de um lugar*. Rio de Janeiro, s. ed., 1984.

4 FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. "Estudos fluminenses": a Faculdade Fluminense de Filosofia e a identidade regional. In: NEVES, Lucia Maria Bastos pereira das; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal Guimarães; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 207-220.

5 Vale frisar como exceção, a iniciativa editorial interinstitucional do periódico acadêmico *Cadernos de Desenvolvimento Fluminense*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf>.

6 KNAUSS, Paulo & MIRANDA, Victorino Chermont de (org.). *Bibliografia Fluminense: História dos Municípios*. Rio de Janeiro: IHGRJ, 2013. Todas as obras citadas nesse texto e são referenciadas nesse catálogo que ganhou um segundo volume organizado por Marco Santos e publicado pelo IHGRJ em 2018, por iniciativa de Neusa Fernandes, ex-presidente do IHGRJ.

7 O conceito de *operação historiográfica* foi cunhado em: DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

8 Para uma interrogação sobre o conceito de região relacionado a um ponto de vista histórico, veja-se: CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. *Revista de História Regional*. v5, n2, p.39-56, Inverno 2000. Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional56.pdf.

Dilema fluminense

O conhecimento histórico oferece elementos para as representações do passado e a memória regionalista. A história da construção do território fluminense, por exemplo, remete aos muitos caminhos de navegantes, missioneiros, tropeiros, caminhos de ferro e rodovias que definem conexões regionais, relativizando fronteiras e dilatando as dinâmicas espaciais. Esse dado serviu de inspiração ao pensamento social para construir a representação do Rio de Janeiro como terra de passagens, conexões e entroncamento de estradas e caminhos.⁹ Em alguma medida, pode-se dizer que essa imagem se contrapõe ao conceito de sertão que tanto serviu ao ideário regionalista brasileiro, mas não se afirmou na tradição fluminense, ainda que a memória da resistência das populações nativas tenha se integrado nas narrativas interioranas e a toponímia não deixa esquecer. O caso fluminense, apresenta-se assim como uma rara solução em que se interpreta a singularidade da experiência regional por resultar na construção de um território aberto que ultrapassa a si mesmo.

Noutra direção, a referência histórica tão comum a tipos sociais que servem à elaboração de identidades regionais do Brasil ganham um sentido especial em relação ao regionalismo fluminense. Tipos sociais regionais do sudeste do Brasil, como o caipira ou caíçara paulista, o tropeiro mineiro ou paranaense, e o imigrante capixaba poderiam encontrar equivalentes representativos da vida fluminense, mas nesse caso sem singularizá-la de modo propriamente dito. Coelho Netto e Olavo Bilac, por exemplo, escreveram um livro de leitura escolar chamado *A terra fluminense: educação cívica*, datado de 1898, que em capítulos concebidos como crônicas curtas são caracterizados tipos sociais que traduzem a experiência fluminense.¹⁰ Pai João, legítimo representante do passado escravista, é apresentado como “o velho preto” que passou a vida no trabalho da terra e cujos senhores lhe garantiram um retiro calmo, assim como o colono é representado pelo imigrante napolitano, que em guardando a memória de sua origem estrangeira conclui por reconhecer que a terra do neto é a sua terra. Junta-se ainda o lenhador, que vive da exploração das matas, além do soldado inválido que retornou da guerra do Paraguai e o marujo mártir da Revolta da Armada. Na caracterização dos autores, em não havendo apenas um tipo social capaz de caracterizar a singularidade da experiência histórica, a vida regional termina se caracterizar pela reunião dos tipos variados. Uma rara solução que sustenta a marca particular numa síntese abrangente e que dá sentido à singularidade ao mesmo tempo em que esvazia seu sentido próprio. Caracteriza-se, então, um dilema fluminense que se instala entre o nacional e o local.

9 O argumento da relação dos caminhos naturais com a identidade fluminense aparece, por exemplo, em: KELLY, Celso. *Ecologia fluminense. Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia*. Niterói, 1957. p. 65-80.

10 NETTO, Coelho & BILAC, Olavo. *Terra fluminense: educação cívica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

No plano político, esse dilema ganha força, considerando que o território fluminense se constituiu como construção excepcional no quadro brasileiro. O Rio de Janeiro se constituiu como capitania real de jurisdição duvidosa por ter se constituído como capitania real sobre área de donataria hereditária, sem a participação e consentimento de seu donatário, o que rendeu um processo conhecido existente nos Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal. Sem fronteiras demarcadas previamente, o destino da capitania colonial foi ser assentada parcialmente sobre as terras da capitania de São Vicente, origem do atual estado de São Paulo e que prolonga o Sul fluminense, até que foi englobada a antiga capitania de São Tomé, que corresponde grosso modo ao atual Norte fluminense.¹¹ Também, trata-se da única capitania em que nos primórdios de sua ocupação territorial a distribuição das primeiras sesmarias, que equivalia a repartir a posse da terra aos primeiros colonos, era firmada por um capitão-mor sem autorização regimental conhecida, o que justifica a situação inusitada do governador-geral reconfirmar concessões de terras.¹² Em outro momento, essa relação entre poder local e geral foi recolocada quando a capitania real do Rio de Janeiro dividiu o governo-geral colonial sediado na Bahia pela criação *sui generis* da Repartição do Sul, com a nomeação, em 1576, do governador Antonio de Salema (?-1586). Essa primeira tentativa de dividir a administração colonial não vingou, mas terminou por ganhar corpo prático entre 1733 e 1763, na época do governo de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela (1685-1763), quando o Rio de Janeiro se tornou o baluarte da defesa das fronteiras sul da América portuguesa, assim como eixo de expansão territorial em direção ao Mato Grosso, passando pelas Minas Gerais. A condição de centro da administração colonial se confirmou em definitivo a partir do estabelecimento do vice-rei na cidade do Rio de Janeiro, transformando a cidade em sede do governo-geral do Estado do Brasil, em 1763, e colocando a capitania sob o comando direto do vice-rei do Brasil e governador-geral. Tudo numa época em que o ouro das Minas Gerais se tornou o centro das atenções da exploração colonial.

Posteriormente, a capitalidade assumida pela cidade do Rio de Janeiro ao longo da história se fixou com a instalação da Corte portuguesa a partir de 1808 e a transformação em capital do Estado nacional independente como Município Neutro, que abrigava a Corte imperial, e que foi renovada pela condição de Distrito Federal, centro do poder republicano, até 1960. O ato adicional de 1834, do período da Regência Trina, ainda que tenha autonomizado a administração da província fluminense em relação à Corte, estabelecendo em seguida a capital provincial na cidade de Niterói, não evitou que a política regional continuasse atrelada de perto aos rumos da política nacional. A mudança da

11 ABREU, Mauricio de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro: 1502-1700*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson, 2010. 2v.

12 MACEDO, Roberto. *Cidade do Rio de Janeiro: fundação e primeiros governadores*. Rio de Janeiro: DASP, 1967.

capital federal, em 1960, e a solução original que foi o estado da Guanabara, não facilitou a afirmação fluminense, mantendo o protagonismo da cidade do Rio de Janeiro no plano da política nacional. A fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975, criou um novo quadro político-administrativo inusitado na história do Brasil que resultou na mudança da capital estadual para a cidade do Rio de Janeiro. A partir de então o sentido de capitalidade do Rio de Janeiro se renova pela sua integração regional com o território do antigo estado, tornando a tradicional dicotomia entre um destino carioca e outro fluminense sem propósito, recolocando a questão regional a partir da integração da capital e do estado. Assim sendo, é inevitável considerar que a construção política regional é conturbada pelas mudanças institucionais da política nacional, tendo como marca a descontinuidade.¹³

Aliás, não se pode perder de vista que a possibilidade de um imaginário fluminense sempre se coloca em concorrência com um imaginário carioca que encontra expressão, por exemplo, no predomínio dos usos da imagem do morro do Pão-de-Açúcar sobre a imagem do pico do Dedo de Deus. Mesmo sendo o emblema da bandeira e destaque do brasão de armas estadual, o pico da Serra dos Órgãos fluminense permanece popularmente em segundo plano, quando não é reduzido a símbolo municipal de identidade local. Assim, o caso fluminense parece traduzir um contexto que enfrenta a dificuldade de afirmação de representações regionalistas.

Prática da erudição

Na busca por uma trilha pioneira da historiografia fluminense é inevitável o encontro com a leitura de *Memória topográfica e histórica sobre os Campos dos Goytacazes*, escrito por José Carneiro da Silva (1788-1864), futuro Barão e depois Visconde de Araruama, e publicado em 1819. O autor era natural da região do atual norte fluminense no seio de uma família de capitão de aldeamento indígena e que se tornaram grandes proprietários de terras na área de Quissamã. Sua experiência nos negócios e seus estudos sobre o desenvolvimento regional deram sentido a sua destacada atuação política nos primeiros tempos do Império do Brasil, defendendo interesses da província fluminense. Seu livro sobre a região dos Campos dos Goytacazes, certamente tem lugar importante na sua projeção social e política. O livro se divide numa primeira parte que se caracteriza pela *descrição topográfica* que apresenta as riquezas naturais, rios e lagoas, clima, incluindo vilas e freguesias, seguida de uma segunda parte que “compreende a história” que trata dos povos originais da terra e apresenta um quadro geral da controle territorial da região, para em seguida caracterizar as atividades econômicas regionais, completando-se com uma lista de donatários

13 Para uma discussão sobre o nacional e o local na história do Rio de Janeiro, vale consultar: OSÓRIO, Mauro. *Rio nacional, Rio local*. Rio de Janeiro: Ed. SENAC RJ, 2005.

e “homens públicos”. Sendo assim, o livro realiza uma grande empresa de reunião de dados sistematizados.¹⁴

Ao livro do futuro Visconde de Araruama, um ano após seu lançamento, iniciou-se a publicação da crônica eclesiástica do bispado fluminense de Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo (1753-1830) *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, cuja publicação se inicia em 1820, estendendo-se até 1822.¹⁵ Pizarro & Araújo era natural do Rio de Janeiro, mas seguiu estudos na Universidade de Coimbra e depois se decidiu pela vida religiosa, assumindo posições eclesiásticas e de estado, fixando-se no Brasil e tendo papel político como deputado durante o Primeiro Reinado, depois da Independência nacional, no tempo de d. Pedro I. Sua abordagem da história do Rio de Janeiro tinha como inspiração o trabalho de abade provincial beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) autor de livro sobre a história da capitania de São Vicente, publicada originalmente em Lisboa, no ano de 1797.¹⁶

A pesquisa de Monsenhor Pizarro & Araújo tinha como base sua vivência em visitas pastorais realizadas em toda a província do bispado fluminense no fim do século XVIII e resultou numa obra em 9 (nove) volumes, recheado de nota com referências e transcrições de documentos antigos. O primeiro volume da obra trata da afirmação do domínio colonial lusitano na região da baía de Guanabara, destacando a derrocada do empreendimento francês do século XVI e que levou à fundação da cidade e, um salto temporal, trata a história dos ataques de corsários franceses ao Rio de Janeiro no início do século XVIII. Relaciona, assim, claramente a história do domínio colonial português ao quadro de disputa colonial e de rivalidade de coroas europeias. Nos volumes seguintes, a abordagem se concentra efetivamente na história eclesiástica do Rio de Janeiro desde a fundação da cidade até a época dos vice-reis e que antecede à transferência da corte portuguesa para o Brasil. Nos volumes 2 e 3, trata-se do período da prelazia, assim como os volumes 4 e 5 tratam o período do bispado, de acordo com um roteiro geral que apresenta os prelados ou bispos, freguesias, matrizes, filiais e seus párocos e vigários com a descrição das edificações, terminando com a caracterização dos governos da administração colonial. O volume 6 trata a história da catedral, enquanto o volume 7 apresenta a situação

14 SILVA, José Carneiro da. *Memória topographica e histórica sobre os Campos dos Goytacazes*; com uma notícia breve de suas produções e comércios, oferecida ao muito alto e muito poderoso Rei e Senhor nosso D. João VI, por um natural do mesmo país. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1416597/drg1416597.html#page/2/mode/2up.

15 ARAÚJO, José de Souza Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro; e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil; dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820-22. 9v. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>.

16 DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da capitania de São Vicente; hoje chamada de São Paulo; notícia dos anos em que se descobriu o Brasil*. 3ª. Ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1920. Disponível em: <file:///C:/Users/Paulo/Documents/MemoriaCapitaniadeSaoVicente-FreiGaspardaMadredeDeus.pdf>.

geral da cidade, ruas, edificações, fortalezas, além das atividades econômicas de comércio, agricultura pecuária, pesca e administração, abrangendo câmara, juizes, tribunais e fazenda, incluindo a Casa da Moeda, além de ordens terceiras, casas religiosas de mulheres, recolhimento de órfãos, hospitais. Os dois últimos volumes tratam de outras capitanias sobre as quais se estendia a autoridade do vice-rei sediado no Rio de Janeiro. Assim, o volume 8 da crônica trata da Bahia, Pernambuco com capitanias anexas e São Paulo, enquanto o volume 9 trata de Minas Gerais.

Não há como deixar de observar que as duas obras se distinguem fortemente em relação ao recorte territorial. O livro do futuro Visconde de Araruama se concentra em torno da região dos Campos de Goytacazes. Nesse caso, trata-se de um recorte territorial desprendido de demarcações próprias da administração colonial e que, segundo a crônica, encontrava expressão na natureza e na organização social que condicionou a configuração de uma região econômica caracterizada pelo dinamismo e prosperidade, sem dependência da ação do poder central da Coroa. A região dos Campos dos Goytacazes era compreendida, portanto, pela sua autonomia em relação à cidade do Rio de Janeiro. Em direção contrária, o recorte territorial da crônica de Pizarro & Araújo estava assentado nas demarcações da administração eclesiástica relacionada à organização da administração colonial lusitana, nos marcos do padroado que integrava Coroa e Igreja em Portugal, estendendo-se muito além da antiga capitania do Rio de Janeiro e abarcando outras capitanias. Assim, compreende-se como a história da cidade do Rio de Janeiro, como sede do poder eclesiástico e colonial, ocupa posição central na crônica de monsenhor Pizarro e Araújo, mesmo sendo sua obra referência obrigatória para se conhecer a história de muitas localidades fluminenses atuais. Aliás, a história da construção territorial fluminense se inicia pelo Descobrimento do Brasil e a frota de Pedro Álvares Cabral, em 1500, compreendendo a história da fundação da cidade do Rio de Janeiro e de criação da capitania no contexto da disputa colonial. Para o futuro Visconde de Araruama, por seu turno, a história dos Campos de Goytacazes se inicia pela referência aos povos originários para depois seguir tratando o estabelecimento da capitania donatária de Paraíba do Sul ou do Cabo de São Tomé, no século XVI, caracterizando como processo de povoamento da região no início do século XVII foi marcado pelo conflito entre colonos e a administração colonial sediada na cidade do Rio de Janeiro devido ao regime de concessão de terras e estabelecimento de engenhos. Claramente para um autor as instituições de governo se definem como o agente principal da história, enquanto para o outro autor são os sujeitos do controle territorial e das riquezas da terra que se atuam na história. Decorre que num caso a história regional é compreendida pela extensão do poder colonial sediado na cidade do Rio de Janeiro,

enquanto noutro caso o recorte regional está demarcado pelo conflito com a sede do poder central do colonialismo português.

Nessa altura, cabe situar que as duas obras datam do período joanino e foram dedicadas ao rei d. João VI, sendo publicadas pela Imprensa Régia, caracterizando o lugar social da escrita da história. A época de publicação dos dois títulos importantes para inaugurar a reflexão sobre a história fluminense corresponde a um contexto de muitas reformas políticas do estado português e de mudanças significativas em torno do estatuto político do Brasil e suas capitanias a partir da transferência da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro ocorrida em 1808 e que resultou na elevação do Brasil a Reino Unido, em 1816. É preciso compreender, assim, que a produção das duas crônicas sobre a história fluminense decorria do ambiente de interrogação do Brasil na época de d. João VI. Mas o que reúne as duas obras é que a pesquisa histórica se organiza pela cronologia e pela menção a documentos de época, especialmente em notas. Se no livro do Visconde a referência é mais rarefeita, considerando que a parte histórica concentra apenas uma parte da exposição, na obra do Monsenhor a transcrição de fontes na íntegra ou parcial abunda.

Na passagem do século XIX para o XX, novos títulos valorizaram a escrita da história fluminense. Depois da Independência nacional e o estabelecimento da organização provincial do Império do Brasil, a velha província fluminense viveu tempos de dinamismo econômico movido pela riqueza canavieira dos Campos dos Goytacazes e da cafeicultura do Vale do Paraíba. O fausto da época tinha como base a grande lavoura do latifúndio monocultor e sustentado pela exploração da mão-de-obra escravizada de origem africana. No fim do século XIX, o processo de abolição da escravidão e de sua substituição pelo trabalho livre a partir da promoção da grande imigração, bem como a falta de renovação tecnológica do mundo agrário fluminense, combinaram-se à mudança do regime político definido pelo fim da monarquia e proclamação da República no Brasil, resultando numa crise política e econômica no contexto regional fluminense.

Em 1888, Augusto de Carvalho (1844-1908) lançou a edição de *Apontamentos para a história da capitania de São Tomé* que se destacaria pelo trabalho de edição de documentos de época.¹⁷ O autor já era conhecido em sua época como um pensador engajado na crítica da escravidão e pela defesa do trabalho livre e da imigração, sendo autor de livro importante para as ideias da época.¹⁸ Seu livro sobre a história fluminense, porém, tinha como tema a história do

17 CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de São Tomé*. Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000107&m=877&n=00205.

18 CARVALHO, Augusto de. *O Brasil: colonização e emigração, esboço histórico*; 2ª revista e acrescentada. Porto: Imprensa Portuguesa, 1876. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0163/bndigital0163.pdf.

processo de ocupação territorial do norte fluminense nos primeiros tempos coloniais e caracterizava as bases da economia regional, atualizando o ponto de vista do Visconde de Araruama, José Carneiro da Silva.

Do ponto de vista da operação historiográfica empreendida, a abordagem da história fluminense desenvolvida por Augusto de Carvalho se valoriza especialmente pela atenção especial às fontes de época tratadas como a base do conhecimento construído e da narrativa elaborada. A dedicação às fontes não se restringe a notas ou menção no texto. A obra inova justamente ao dedicar uma parte exclusiva em que apresenta a transcrição de documentos de época emblemáticos da história colonial regional. Portanto, a originalidade do trabalho decorre do compromisso com a objetividade do conhecimento histórico, que o autor resumiu do seguinte modo: “Aconselha a boa crítica que se proceda à investigação dos fatos, antes da afirmação de qualquer juízo. É o que vamos fazer.”¹⁹

Tal pressuposto justificava a dedicação de Augusto de Carvalho ao levantamento de dados históricos reunidos com base na pesquisa de fontes de época, caracterizando, assim, a prática da pesquisa histórica com base na erudição documental. Foi justamente pelo trabalho documental que seu livro chamou atenção e promoveu o debate sobre a questão da autenticidade das fontes históricas, lançando critérios para a crítica documental.²⁰ Nesse sentido, pode-se dizer que o livro de Augusto de Carvalho ao tratar a história fluminense no tempo da capitania de São Tomé acompanhava a tendência erudita da operação historiográfica no Brasil do século XIX.

A dedicação à construção de conhecimento histórico com base na erudição documental ganhou sua maior expressão na historiografia fluminense nos estudos de Alberto Frederico de Moraes Lamego (1870-1951) e na publicação de sua obra monumental intitulada *Terra Goitacá, à luz de documentos inéditos*.²¹ O autor era herdeiro da elite agrária fluminense e depois de regressar de 14 anos de vida na Europa, instalou-se na grande propriedade familiar em Campos dos Goitacazes e passou a escrever regularmente para a imprensa. Em seu Solar dos Airizes, hospedou, nos anos de 1920 e 1930, muitos viajantes que em missão de estudos a caminho do interior do país, como Mario de Andrade e outros modernistas, desfrutavam de sua biblioteca e coleções. O título de sua grande obra já traduz o compromisso com o estudo de documentos para caracterizar a análise histórica. Os cinco primeiros volumes da obra foram publicados em

19 *Idem*. p. 11.

20 KNAUSS, Paulo & SANTOS, Fabiano Vilaça. O Roteiro dos Sete Capitães: a história de um documento. In: *Roteiro dos Sete Capitães; documento e ensaios*. Macaé: FUNEMAC Livros FAZENDA, José Vieira da. Roteiro do Maldonado. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: T. LXXI, Parte 1, p. 5-21, 1908.

21 LAMEGO, Alberto. *Terra goitacá: à luz de documentos inéditos*. Paris: L'Édition d'Art, 1913-1947. 5v. il.

Paris, em 1913, no tempo em que o autor vivia na Europa. Posteriormente, a obra seria acrescida de novos volumes editados no Brasil, sempre difundindo fontes históricas.

O conjunto dos volumes, aborda a história da região fluminense que nos primórdios foi identificada pelos colonizadores portugueses como sendo ocupada pelo grupo indígena goitacá, o que justifica o título geral da obra. Esse território goitacá corresponde à região da antiga capitania de São Tomé, mais tarde chamada de Paraíba do Sul, no tempo do domínio dos viscondes de Asseca (1674-1753) e, portanto, coincide com o recorte espaço-temporal dos estudos de Augusto de Carvalho e de José Carneiro da Silva. O plano original de organização dos volumes correspondia ao universo documental que, em linhas gerais, seguia a cronologia do controle territorial colonial que passou de área de concessão hereditária à administração direta da coroa portuguesa. A prática da pesquisa histórica de Alberto Lamego se sustentou em seu ímpeto de colecionador, reunindo um conjunto de documentos e livros raros importantes para o estudo da história colonial do Brasil e especialmente da história colonial fluminense, atualmente preservados no Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo (IEB-USP).²²

Desse modo, Alberto Lamego aproximava sua obra do trabalho de Augusto de Carvalho, considerando que ambos assumiam que o conhecimento histórico tem como base o registro de fatos que se sustentam em documentos de época, definindo a prática que organizava a escrita da história fluminense dos dois autores. Ambos se reúnem na mirada histórica definida pelo recorte cronológico, elegendo os tempos mais antigos do colonialismo como referência para analisar a sociedade regional. Mas o que define sua operação historiográfica é a prática de publicar documentos de época transcritos e editados, como prova da objetividade de suas análises históricas.

Pedagogia cívica

Ao lado das abordagens eruditas da história regional, no início do século XX, há outra trilha da historiografia fluminense relacionada aos seus usos escolares. Essa trilha pode ser bem representada pela trajetória e a obra de Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos. A estreia como autor ocorreu com a publicação de *O estado do Rio de Janeiro*, cuja primeira edição data de 1907.²³ O livro acompanhava as diretrizes oficiais da instrução pública, o que conferia característica de

22 A dedicação à pesquisa histórica de Lamego resultou ainda em obras valiosas para a história do norte fluminense como: *Verdadeira notícia do aparecimento da milagrosa imagem de N. S. da Conceição que se venera na cidade de Cabo Frio*, publicado em 1919; e *Mentiras históricas: verdadeira história da fundação da matriz de São Salvador e de seus párocos de 1652 a 1925*, publicado em 1925, que trata da história de Campos dos Goytacazes.

23 Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos. *O estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Viúva Azevedo & C. Ed., 1907.

manual escolar ao livro que confirmava a trajetória profissional do autor como professor e inspetor de ensino, futuro diretor estadual de Instrução Pública.²⁴ Com esse livro a interpretação da história fluminense encontrou sua versão a partir do modelo disciplinar da Corografia.

Certamente, a boa repercussão do livro e a atuação destacada no campo educacional de Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos fez com que recebesse o convite do governo do presidente de estado Raul Veiga (1878-1947) para elaborar o *Álbum do estado do Rio de Janeiro*, cuja publicação se tornou um marco da celebração estadual do centenário da Independência nacional, em 1922. Trata-se de publicação de alto padrão gráfico em grande formato, ricamente ilustrada pelas fotografias de Daniel Ribeiro, e que foi produzida sob os auspícios oficiais. Na parte de inicial do livro, apresenta-se um panorama do território fluminense, descrevendo a topografia, as sub-regiões, as riquezas da natureza e registra dados da economia regional. Em seguida, a descrição se estende na apresentação dos 48 municípios estaduais, que combina dados da geografia com informações da cronologia histórica. Ao final, o livro contém um capítulo sobre a instrução pública e outro sobre o trabalho com quadros estatísticos, informando realizações de governo em relação aos diferentes níveis e modalidades de ensino (primário, profissional, normal e secundário, superior) e em favor da diversificação econômica no campo (café, mandioca, cana de açúcar, gado etc.) e nas cidades (indústria têxtil, sal, frigorífico, metalurgia, naval, e da energia elétrica etc.).²⁵ Portanto, a abordagem corográfica serviu igualmente a elaboração do *Álbum do estado do Rio de Janeiro*.

Por meio da Corografia, Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos se integrava numa tradição de estudos que se firmou no Brasil desde que em 1817 foi publicada a célebre obra *Corografia brasílica, ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, de autoria do padre Manuel Aires de Casal (1754-1821), português que no fim do século XVIII se ficou na cidade do Rio de Janeiro como capelão da Misericórdia.²⁶ Trata-se de uma das obras de referência sobre o Brasil mais difundidas no século XIX, caracterizada pela abordagem descritiva e que compilava dados e informações de todas as províncias do Brasil. O modelo de estudo corográfico traduz o domínio intelectual do território a partir do conhecimento de sua geografia e história a partir da caracterização da sua ocupação e povoamento, identificando as atividades econômicas e as riquezas da natureza.

24 Sob a mesma inspiração escolar da Corografia o autor publicaria ainda: VASCONCELLOS, Clodomiro Rodrigues de. *Corografia do Brasil*; textos e mapas, para os cursos primários. Pimenta de Mello, 1927.

25 Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos. *Álbum do estado do Rio de Janeiro*; centenário da Independência do Brasil. Niterói, 1922.

26 CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg27882/drg27882.pdf.

A Corografia integrou os programas escolares no Brasil, antes da afirmação da História e da Geografia como disciplinas escolares autônomas. O estado do Rio de Janeiro não fugiu à regra e difundiu seu estudo na rede de ensino até a reforma da instrução pública estadual empreendida em 1928, no governo de Manuel Duarte (1877-1944). Como seu desdobramento, no ano seguinte, ocorreu a implantação da cátedra de História Fluminense na Escola Normal, como parte da renovação da formação de professores. Esse contexto foi decisivo para a historiografia fluminense ao definir um lugar social para seu desenvolvimento. João Pinheiro Ribeiro inovou o ensino de história no primeiro segmento escolar ao lançar em 1928 o livro *História do estado do Rio de Janeiro; resumo didático para uso nas escolas primárias*, constituindo-se em um marco do gênero de escrita da história.²⁷ O empenho historiográfico, no entanto, encontrou sua expressão escolar mais importante com a publicação, em 1929, de novo livro de Clodomiro Rodrigues de Vasconcelos, intitulado *História do estado do Rio de Janeiro*, acompanhando a nova cátedra da Escola Normal.

Esse novo livro de Clodomiro Rodrigues Vasconcellos marcou a virada da leitura do passado fluminense ao deixar de lado a tradição corográfica e demarcar um novo ponto de vista da escrita da história regional. O novo título constituía um dos volumes da coleção “Resumo Didático”, publicada pela editora paulista Melhoramentos, dedicada à história regional de todo o país e que reunia autores consagrados da historiografia nacional na época. Ao ser integrado no projeto da editora Melhoramentos, o autor fluminense se reuniu a nomes importantes da historiografia brasileira da época, alguns sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e membros da Academia Brasileira de Letras (ABL). Entre os mais jovens autores da coleção estava Pedro Calmon (1902-1985), que na coleção foi responsável pelo livro sobre a história da Bahia, que no fim dos anos de 1920 já tinha alguns títulos publicados com reconhecimento, mas ainda não havia obtido a notoriedade intelectual que o conduziria a presidente do IHGB. A coleção, no entanto, se valorizava, sobretudo, pela participação de autores consagrados, como o paranaense Rocha Pombo (1857-1933), escritor de obra variada e conhecido pela sua *História do Brasil* em 10 volumes e que publicou na coleção da Melhoramentos os títulos dedicados à história do estado de São Paulo e Paraná. Na mesma coleção, incluía-se também um volume dedicado à história da cidade do Rio de Janeiro, de autoria de Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, que havia prefaciado o livro de Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos *Corografia do Brasil*, que fora publicado em 1927.²⁸ Por sua vez,

27 RIBEIRO, João Pinheiro. *História do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1928. Para uma contextualização e análise do livro, veja-se: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Um livro para contar a história fluminense; o primeiro manual didático de história do estado do Rio de Janeiro. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. cap. 19. p. 345-366.

28 VASCONCELLOS, C. R. *Corografia do Brasil*. Op. cit.

o livro sobre a história fluminense foi valorizado pela apresentação de Afonso d'Escragnonle Taunay (1876-1958), então diretor do Museu Paulista e escritor de livros de repercussão social sobre a história de São Paulo colonial e das bandeiras. A rede de sociabilidade que envolvia o livro *História do estado do Rio de Janeiro* se completava com o registro do próprio autor de que fora indicado aos editores por Oliveira Viana, a quem havia sido feito o convite originalmente para escrever o volume da coleção. Disso resulta que, ao integrar como autor da coleção da editora Melhoramentos, o fluminense Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos se juntou a um universo de outros nomes de historiadores reconhecidos nacionalmente no meio editorial brasileiro.²⁹

O mais importante, porém, é frisar os aspectos de *História do estado do Rio de Janeiro* renovadores da abordagem da história fluminense e que distanciou o estudo regional do modelo corográfico. Logo no início do livro, esse distanciamento é caracterizado pelo autor ao comentar que o estudo da história fluminense carece de fontes documentais e se ressentia da ausência de biografias e retratos dos “fluminenses notáveis”. Assim, de um lado, o abandono da perspectiva corográfica se justificou exatamente pelo interesse em valorizar a base documental da construção do conhecimento. Por outro lado, o abandono da perspectiva corográfica implicou, sobretudo, em ir além da descrição do território ao propor uma leitura dos fatos da história, recorrendo a ênfase na participação de indivíduos de ação excepcional no processo social e associados aos rumos da política e do governo. Assim, um dos principais argumentos do livro de história fluminense de Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos se organizava em torno da chave interpretativa da história a partir da identificação da “colaboração do povo fluminense” para “a formação da nacionalidade”, para usar a expressão do próprio autor.

Nessa altura, verifica-se uma clara aproximação com ideias da época e que foram representadas principalmente por Antonio Figueira de Almeida, que antes de publicar sua *História fluminense*, já mencionada, havia se distinguido com a reflexão proposta em *Os fluminenses na história do Brasil*.³⁰ O professor do Colégio Pedro II e da Escola Normal do Rio de Janeiro ao enfatizar que os grandes eventos da história nacional contaram com a atuação decisiva de personalidades de origem fluminense, proclamava um ufanismo regional ao anotar que “a

29 Para uma abordagem da história editorial do livro *História do estado do Rio de Janeiro*, de Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos, consulte-se FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Como ensinar história no Estado do Rio de Janeiro na década de 1920? Escolanovismo e ensino de história na História do Estado do Rio de Janeiro de Clodomiro Vasconcellos. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300884579_ARQUIVO_Texto_Completo_Rui_Fernandes.pdf.

30 ALMEIDA, Antonio Figueira de Melo. *Os fluminenses na história do Brasil*. Niterói: Jeronymo Silva, 1928.

grandeza fluminense é que determina a grandeza do Brasil.³¹ Essa perspectiva imprimia à história o caráter de processo que a descrição espacial da corografia não permitia, mas tendia a resumir a ação histórica à ação de indivíduos.

Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos ao conceber a sua leitura da história fluminense dedicou a maior parte dos capítulos de *História do estado do Rio de Janeiro* ao período colonial, de modo que a história regional serviu para exemplificar o processo geral de construção do domínio colonial da América portuguesa, o que justificava a menção aos povos originários nativos da região e a organização da capitania do Rio de Janeiro, seguida da referência aos personagens de época que demarcam a contribuição fluminense para os acontecimentos históricos. Por consequência, Alvarenga Peixoto (1742-1792) ganhou importância na leitura elaborada sobre a história da Inconfidência Mineira, considerando que era natural do Rio de Janeiro, mesmo tendo feito sua vida entre Portugal e Minas Gerais. Na mesma linha, ao tratar o contexto da Independência nacional e a construção do Império do Brasil, o livro valorizou a história da criação da província imperial e enfatizou a ação decisiva de personagens históricos, como o Visconde de Itaboraá (1802-1872), o Visconde de Uruguai (1807-1866), o Marquês do Paraná (1801-1856), o Visconde de Sepetiba (1800-1855), que foram presidentes da província do Rio de Janeiro e tiveram papel proeminente na política imperial, traçando assim os elos da história regional e nacional. Ao final, a narrativa histórica valoriza o protagonismo de Benjamin Constant, natural da terra fluminense, na Proclamação da República para depois oferecer o panorama dos governantes estaduais e suas realizações, sublinhando a sintonia dos processos da política regional e nacional na construção republicana. Com esse mesmo espírito, o último capítulo é dedicado a apresentar um rol de esboços biográficos das letras, ciências e artes fluminenses e traduzem a colaboração dos filhos da terra para a formação da nacionalidade.

No mesmo ano em que Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos lançou seu novo livro de história, Antonio Figueira de Almeida publicou também *História fluminense*, obra em dois volumes, sendo o primeiro dedicado ao período colonial da capitania e o segundo à província imperial.³² A coincidência do ano de 1929 para a edição dos dois títulos aproxima a trajetória e o diálogo dos dois autores, mas indica a afirmação de um ambiente de ideias sobre o mundo fluminense que moveu a produção editorial.

Nessa mesma época, foi lançado o livro *O estado do Rio de Janeiro: ensaio para o estudo da história*, escrito por José Mattoso Maia Forte (1873-1945) e que

31 *Idem*. p. 9.

32 ALMEIDA, Antonio Figueira de. *História fluminense; do início até a Independência*. Niterói: Jeronymo Silva, 1929. v. 1.; e *História Fluminense; a província*. Niterói: E. P. Washington Luis, 1929. v. 2.

se tornaria um dos títulos sobre a história fluminense de maior difusão.³³ No panorama da historiografia da época, Mattoso Maia se distinguia por não ser professor. Era natural da cidade do Rio de Janeiro e viveu a juventude com a família em Vassouras, onde completou sua formação escolar, e mesmo atuando como jornalista, fez carreira de servidor público na administração fazendária do antigo estado do Rio de Janeiro. Ao lado disso, dedicou-se aos estudos da história e geografia fluminense, sendo autor de 11 livros que garantiram seu ingresso na Academia Fluminense de Letras e ser admitindo como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conforme o próprio autor registra na apresentação de seu livro, a primeira versão de *O estado do Rio de Janeiro* foi apresentada em concurso estadual de monografias promovido na ocasião do centenário da Independência em 1922. Não tendo sido publicado na época, pode-se atribuir o lançamento tardio do livro, em 1928, ao ambiente de debate sobre destinos regionais acompanhado das mudanças políticas e institucionais no quadro estadual.

Na sua trajetória editorial, o livro perde o sentido comemorativo original e participa de um novo contexto de ideias que coincide com a reforma educacional, assumindo o caráter de manual de referência sobre a história fluminense para a formação de professores. Ao apresentar a segunda edição do livro, o próprio autor informa que grande parte da primeira edição foi doada às alunas da Escola Normal. Por sua vez, a segunda edição, ampliada, corrigida e atualizada, publicada sob o patrocínio do governo estadual em 1945, marcou de fato a maior difusão do livro pela sua distribuição na rede escolar.

Ainda que Mattoso Maia não tenha sido um professor da rede de ensino, a escrita da história fluminense acompanha a mesma trilha da historiografia escolar representada por Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos. Assim, o argumento geral em torno da história fluminense elaborado por Mattoso Maia seguia a mesma orientação que relacionava história política e formação territorial, assumindo o estado e seus governantes como agentes principais do processo social. Na análise que desenvolveu, encontram-se referências a outros historiadores, mas são as fontes de época ganham destaque, em especial as crônicas de viajantes europeus.

Seguindo a tendência do pensamento da sua época, Mattoso Maia também insiste no tema da contribuição fluminense para a história nacional, ressaltando a participação de personagens naturais da terra nos momentos marcantes da história política do Brasil. Para cada processo de transformação da história nacional há nomes de fluminenses que são destacados. De modo original, Mattoso Maia caracteriza que a província fluminense mesmo sendo território es-

33 FORTE, José Mattoso Maia. *O estado do Rio de Janeiro: ensaio para o estudo da história*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1928.

cravocrata também foi centro de luta pela libertação dos escravizados, citando inclusive iniciativas de libertação coletiva. Ainda assim, ao final, a consideração se completa com a repetição do esquema de valorização da participação proeminente de fluminenses nas lutas políticas nacionais, destacando que lideranças do movimento abolicionista como José do Patrocínio (1853-1905) e Carlos de Lacerda (1853-1897) eram campistas de nascimento. A história regional era assim tratada como uma parcela da construção histórica da unidade nacional. Por fim, completava seu livro do mesmo modo que Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos, apresentando um rol de personalidades da cultura, das letras e da ciência no estado do Rio de Janeiro.³⁴

Essa valorização da história fluminense deve ser compreendida no contexto do debate sobre a modernidade fluminense, bem representado no projeto editorial de *A Revista*, publicada entre 1919 e 1923, sob a direção do jornalista Manoel Leite Bastos.³⁵ Na mesma década, no seio da Academia Fluminense de Letras, se constituiu o movimento de ideias que ficou conhecido como Renascença Fluminense, influenciando decisivamente a promoção da escrita da história.³⁶ O movimento reuniu intelectuais fluminenses sob a bandeira de um renascimento moral do estado do Rio de Janeiro que se fortaleceu e ganhou repercussão pública ao contar com o apoio do governo de Feliciano Sodré (1924-1927), inspirando o horizonte do pensamento social regional e a reforma da instrução pública estadual.³⁷ Trata-se de um contexto histórico em que as relações políticas condicionaram os usos do passado como alternativa à visão predominante até então da Idade do Ouro da província imperial.³⁸

O que as trajetórias dos autores e sua produção historiográfica demonstram é que, na década de 1920, o lugar social de escrita da história fluminense se definiu com apoio do governo entre e as agremiações acadêmicas e a instituição escolar, participando de um mesmo ambiente de ideias sobre os destinos regionais. A partir da historiografia foi elaborada a representação do estado do Rio de Janeiro como construção histórica contínua e linear, demarcando uma unidade política que servia de medida à afirmação da unidade regional que ganhava sentido como elemento decisivo da unidade nacional. Traduzia-se o

34 A história da obra de Mattoso Maia é analisada em: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Os tempos de uma obra escolar: O estado do Rio de Janeiro de José Mattoso Maia Forte. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *Livros didáticos de história; entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2017. p. 69-284.

35 MONTEIRO, Evelyn Morgan. *A Revista: modernismo e identidade fluminense (1919-1923); dissertação de Mestrado em História*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.

36 FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense... op. cit.*

37 Documentos importante para a história da Renascença Fluminense se encontram em: BASTOS, Manoel Leite (Org.). *O Estado do Rio de Janeiro e seus homens*. Niterói: s/ed., 1928.

38 Esse contexto histórico foi analisado em: FERREIRA, Marieta de. *Em busca da Idade de Ouro: as elites fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ - Edições Tempo Brasileiro, 1994.

princípio de que a parcela representa o todo, de modo que na escala regional fluminense se sintetizava e se projetava a história do Brasil. Tendo a leitura da história como fundamento, conferia-se protagonismo político ao estado do Rio de Janeiro no quadro do federalismo republicano do Brasil. Assim o regionalismo organizava uma pedagogia cívica de culto à pátria.

Como é sabido, na década seguinte, a centralização autoritária do Estado Novo instituída em 1937, proibiria a afirmação de identidades regionais estaduais no Brasil com base no nacionalismo.³⁹

Entre memória e história

Em 1945, começou a ser publicada a tetralogia escrita por Alberto Ribeiro Lamego (1910-1985) filho do pai historiador erudito e quase homônimo, engenheiro formado da Europa e que foi servidor do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Em seu título geral de *Setores da evolução fluminense*, apresenta-se o conceito-chave da análise proposta pelo autor que se referia às sub-regiões do estado e que se constituíam em objeto de estudo de cada um dos 4 volumes, publicados entre 1945-1950. Os volumes foram respectivamente intitulados de *O homem e o brejo*, *O homem e a restinga*, *O homem e a Guanabara*, *O homem e a serra* e tratam respectivamente da Baixada Campista, da planície costeira de Cabo Frio a Maricá, da região serrana do Vale do Paraíba e dos caminhos do café, e a área da baía de Guanabara. O conjunto dos volumes reunidos afirmou a interpretação geral do estado do Rio de Janeiro mais consagrada até nossos dias e continuam a ser reeditados.⁴⁰

O primeiro livro – *O homem e o brejo* – foi apresentado, em 1940, numa primeira versão como tese aprovada com louvor no IX Congresso Brasileiro de Geografia, mas somente em 1945 foi publicado em livro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O esquema geral relaciona a *terra*, o *homem*, a *cultura* e desenvolve uma análise que parte da caracterização da fisiografia e geografia para tratar a história da ocupação da terra e seu povoamento, identificar os tipos sociais definidos pela economia e cultura material e conclui com aspectos econômicos e sociais contemporâneos. O mesmo esquema geral de análise e interpretação se repete em cada um dos volumes, encontrando no diálogo da Geografia, da História e da Sociologia, soluções para o futuro da vida regional em busca da superação dos dramas do presente. Sua leitura revela

39 A crise do federalismo do Rio de Janeiro encontrou sua expressão no estabelecimento dos governos de interventoria federal a partir de 1930 e a nova ordem política estabelecida no Brasil. Nesse sentido, conta-se com a publicação de relatório do governo do interventor Ary Parreiras: *O governo do estado do Rio de Janeiro e de suas municipalidades durante o ano de 1933*. Niterói: Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, 1934.

40 Os quatro volumes foram recentemente republicados pelo IBGE em edição comemorativa. LAMEGO, Alberto R. *Setores da evolução fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=235599>.

como a geografia transporta a história e confere uma característica que garante sua inserção no universo da historiografia fluminense.

Com maestria, a obra resolve a questão regional estadual reconhecendo a unidade na pluralidade, admitindo que a experiência fluminense é a diversidade. De modo pouco usual, incorpora ainda na sua interpretação da experiência regional a sub-região da Guanabara, não excluindo assim a cidade do Rio de Janeiro e sua relação com o estado, desprezando em certa medida os limites da organização política em favor da valorização das dinâmicas espaciais, própria da geografia e que desafia o domínio da história política.⁴¹

Não há como deixar de anotar que essa interpretação do Rio de Janeiro a partir da geografia e da história vem à público e desperta interesse numa época de nova conjuntura política, em que a federação é reconstruída no Brasil, após o fim do Estado Novo, e o discurso sobre a unidade estadual ganha novos sentidos políticos. O sentido da diversidade regional que se pode encontrar na leitura da obra de Alberto Ribeiro Lamego antecipa uma tendência forte da produção historiográfica fluminense e que resultou na valorização da história municipal.

Em alguma medida, a importância da história dos municípios nunca se manteve longe dos horizontes da escrita da história fluminense. Principalmente na perspectiva da corografia, a história dos municípios era destacada. Assim, a história dos municípios caminhou junto com o tratamento da história estadual, como no caso do livro raro de Luis Gastão d'Escagnolle Dória (1869-1948), *Terra fluminense*, lançado em 1924. Apesar de seu título genérico, caracteriza-se na verdade como um compêndio de história dos municípios fluminenses existentes à época do sua publicação.⁴² Não parece ter ganho repercussão, sobretudo a partir dos livros publicados entre 1928 e 1929 que ganharam maior difusão, o que demonstra um certo lugar secundário da história local e municipal na ordem do pensamento histórico estadual dos anos de 1920. Todavia, acompanhando Rui Aniceto Fernandes Nascimento em seus estudos sobre a história dos intelectuais fluminenses, pode-se ressaltar que as efemérides conduziram em grande medida a produção historiográfica fluminense com enfoque municipal.⁴³ De modo geral, essa vertente da historiografia se caracteriza pelo seu sentido comemorativo.

41 Uma reflexão contemporânea sobre o pensamento de Alberto Lamego e sua relação com a história, encontra-se em: PEREZ, Waldir Rugero. Paisagens fluminenses: a contribuição de Alberto Lamego; *dissertação de Mestrado em Geografia*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=151510.

42 DORIA, Luis Gastão d'Escagnolle. *Terra fluminense*. Rio de Janeiro: A Encantadora, 1924.

43 FERNANDES, Rui Aniceto Fernandes. *Historiografia e identidade fluminense... op. cit.*

Desse modo, ainda que José Mattoso Maia Forte seja autor de uma obra geral sobre a história fluminense que, tal como foi indicado, foi originalmente elaborada no contexto comemorativo do centenário da Independência Nacional, sua produção historiográfica conduzida pela celebração de efemérides locais resultou igualmente em livros com recortes sobre história de municípios. Assim, o autor publicou *Memória da fundação de Iguacu*, em 1933, no ano do centenário da criação da vila, e dois anos depois, em 1935, *Notas para história de Niterói – 1835-1935*, lançado justamente quando se celebrava o ato que elevou a cidade à condição de capital provincial e a mudança de seu nome, livro publicado depois de *Tradições de Niterói*, publicado em 1919, ano do centenário da criação da antiga Vila Real da Praia Grande, origem de Niterói.⁴⁴ Na mesma linha, Antonio Figueira de Almeida publicou, em 1932, *Barra Mansa: memória comemorativa do 1º Centenário*, em que tratou a história de sua terra Natal, para em 1935, publicar *História de Niterói*, sempre movido pela efeméride.⁴⁵ Do mesmo modo, o centenário da elevação à categoria de cidade da antiga vila motivou a publicação do livro *Magé, a terra do Dedo de Deus*, de autoria de Renato Peixoto dos Santos, em 1957.⁴⁶ Com o mesmo sentido comemorativo, a partir do recorte eclesiástico, frei Aurélio Stulzer, publicou *Notas para a história da vila de Pati do Alferes*, tomando o centenário da matriz, no ano de 1944, como motivo para a história local.⁴⁷

Ao lado dos centenários, há ainda a celebração de cinquentenários municipais, tendência relativa aos municípios instaurados após a afirmação do regime republicano em 1889, o que se afirmou especialmente na década de 1940. A mudança do regime político foi acompanhada por rearranjos na política regional, levando a criação de vários municípios com Barra do Pirai, Itaocara, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia e Teresópolis. Nesse contexto, por exemplo, Amaral Barcelos escreveu *Fragmentos históricos do município de Barra do Pirai – 1853-1890*, publicada em 1940, assim como Luiz Palmier (1893-1955), publicou *São Gonçalo cinquentenário: história, geografia e estatística*.⁴⁸

44 FORTE, José Mattoso Maia. *Memória da fundação de Iguassu*. Rio de Janeiro; Typographia do *Jornal do Comércio*, 1933; e do mesmo autor: *Notas para história de Niterói – 1835-1935*. 2ª ed. Niterói: Instituto Niteroiense de Desenvolvimento Cultural, 1973. [orig. 1935]; e *Tradições de Niterói*. Rio de Janeiro: *Jornal do Comércio*, 1919. A bibliografia niteroiense do autor se completa ainda com *O município de Niterói: corografia, história e estatística*. Rio de Janeiro: *Jornal do Comércio*, 1941.

45 ALMEIDA, Antonio Figueira de. *Barra Mansa: memória comemorativa do 1º centenário; revisão histórica*. Barra Mansa: Câmara Municipal de Barra Mansa, 1991. [orig. 1933]; e do mesmo autor *História de Niterói*. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1935.

46 SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: a terra do Dedo de Deus*. Magé [s.n.], 1973. [orig. 1957]

47 STULZER, Aurélio. *Notas para a história da Vila de Pati do Alferes*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva do Centenário da Matriz de Pati do Alferes, 1944.

48 BARCELOS, Amaral. *Fragmentos históricos do município de Barra do Pirai – 1853-1890*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1940; e PALMIER, Luiz. *São Gonçalo cinquentenário: história, geografia e estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

Desdobrando o mesmo argumento, ao lado das efemérides, podemos indicar que a historiografia fluminense encontra motivações sentimentais e pessoais para sustentar o recorte municipal ou local da narrativa histórica.⁴⁹ Renato Peixoto Santos, por exemplo, retrata bem essa tendência ao registrar que seu livro sobre a história da Magé se baseia em “todo o acendrado amor que sinto pela terra que me serviu de berço”.⁵⁰ Essa mesma inspiração traduzida na intenção de valorizar os feitos e a grandeza da história local, serviu a Leoni Iório (1899-1984) para escrever *Valença de ontem e hoje, 1789-1952*, publicado em 1953, e para o livro de Porphirio Henriques, *A terra da promessa: história de Itaperuna*, do ano de 1956.⁵¹ Benedito Jordão de Souza, ao publicar *Terra dos Magos*, em 1949 sobre a história de Angra dos Reis, registra sua vontade de “mitigar minha saudade rogando a Deus pela grandeza desta terra”.⁵² Ribeiro Sá, autor de *A cidade de Entre Rios – estado do Rio, sua origem e fundação*, publicado em 1942, foi motivado pelo fato de seu avô e barão local da atual Três Rio ter sido fundador da cidade, encontrando assim uma perspectiva mais familiar.⁵³ Há ainda o caso de Arnaldo Bittencourt que encontrou na sua trajetória pessoal de promotor de Justiça e prefeito de Nova Friburgo eleito em 1920, mas destituído do cargo pela mudança de regime político em 1930, decidiu escrever o livro *O município de Nova Friburgo*, publicado em 1939.⁵⁴

Fica evidente, então, que nas décadas seguintes a dos anos de 1930, a historiografia fluminense encontrou uma trilha para seu desenvolvimento por meio da afirmação do estudo da história dos municípios que tinha motivação na celebração do local, o que de modo arriscado aproximava memória e história, subordinando a crítica ao afetivo, favorecendo o sagrado diante do laico e assumindo o absoluto em detrimento do relativo.⁵⁵

Agremiações acadêmicas municipais se constituíram como espaço construção das relações entre memória e história local e definem um lugar social para a promoção da historiografia com base na sociabilidade intelectual. No estado do Rio de Janeiro, ao lado dos antigos Instituto Histórico de Petrópolis, fundado em 1938 e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, que

49 FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense*. Op. cit. cap. 5.

50 SANTOS, Renato Peixoto. *Magé... op. cit.* p. 17.

51 IÓRIO, Leoni. *Valença de ontem e hoje: 1789-1952*. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso, 1953.; e HENRIQUES, Porphirio. *A terra da promessa: história de Itaperuna*. Rio de Janeiro: Aurora, 1956.

52 SOUZA, Benedito Jordão de. *Terra dos magos*. Niterói: Gráfica Atômica, 1949.

53 SÁ, Ribeiro. A. de Ribeiro. *A cidade de Entre Rios: sua origem e fundação*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1942.

54 BITTENCOURT, Arnaldo Pinheiro. *O município de Nova Friburgo*. [s/n], 1939.

55 Essa caracterização faz uso da conhecida dicotomia proposta em: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares; tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez.1993. Disponível em: file:///C:/Users/Paulo/Documents/BIBLIOGRAFIA/NORAPierre-EntreMemoriaeHist%C3%B3ria-ProjetoHistoria-PUCSP.PDF.

se originou do instituto municipal fundado em 1957, e o correlato de Nova Iguaçu, instituído em 1962, várias outras instituições congêneres municipais fluminenses surgiram na década de 1970 e se multiplicaram nos anos de 1990. Em 1973, foram criados os Institutos Históricos de Niterói, Paraty e Duque de Caxias. Anos depois, foram criados ainda os institutos de Campos dos Goytacazes e São João de Meriti (1991), seguidos de Paraíba do Sul (1992), Macaé (1993) e São Gonçalo (1995) e que foram acompanhados pela fundação das Academias de História de Resende e Itatiaia (1992) e Barra Mansa (1998). Em anos mais recentes a lista se enriqueceu com a criação dos institutos de Vassouras (2003) e Itaboraí (2017). Todos são centros de mobilização coletiva e de reunião em torno da pesquisa da história local e dos municípios, bem como de defesa do patrimônio cultural. A colaboração entre as diversas agremiações acadêmicas encontra expressão coletiva na realização de colóquios dos institutos históricos municipais do estado promovidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ).

A partir desse quadro, o importante é sublinhar que o fim do século XX marca uma época no estado do Rio de Janeiro de intensa mobilização em torno da promoção da memória e história local. Nessa altura, a criação dos institutos históricos e congêneres municipais registra que a causa comum da história local se disseminou em todas as regiões estaduais. Verifica-se, portanto, que a mobilização institucional verificada corresponde ao aumento da produção historiográfica dedicada à história dos municípios fluminenses.⁵⁶

Tomando por base o inventário bibliográfico sobre a história dos municípios fluminenses produzido no âmbito do IHGRJ, constata-se que dos 92 municípios atuais do estado, 75 contam com livros sobre a história municipal. Vários deles são municípios criados recentemente, outros são marcados por uma abordagem que trata a história local do ponto de vista de sua participação na sub-região que integra, especialmente no caso do Vale do Paraíba e da Baixada Fluminense, considerando que certos títulos aparecem mais de uma vez na listagem relativos a diferentes municípios. Cabe apontar ainda que 17 municípios não contam com títulos identificados no levantamento bibliográfico empreendido.

A análise do inventário destaca 10 municípios com 30 títulos ou mais – Petrópolis, Niterói, Vassouras, Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes, Resende, Angra dos Reis, Macaé, Duque de Caxias, São Gonçalo. Interessante notar que oito destes municípios correspondem aos municípios com maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado na atualidade. Além disso, cinco deles possuem origens coloniais, anteriores à Independência, estando entre os mais antigos do

56 KNAUSS, P. & MIRANDA, V. C. de. *Bibliografia fluminense... op. cit.*

estado, e os outros três foram criados no período imperial enquanto foram dois criados no período republicano, como desdobramento de municípios antigos – é o caso de São Gonçalo, desmembrado de Niterói, e Duque de Caxias desmembrado de Nova Iguaçu. Seguramente, em torno dos 10 municípios listados se pode apontar claramente onde se consolidou uma tradição historiográfica local.

Se de um lado o levantamento bibliográfico indica municípios com uma historiografia produtiva, por outro lado revela municípios com escassa produção historiográfica. Frente ao número de 10 municípios que afirmam uma produção historiográfica recorrente, o levantamento indica 20 municípios (ou seja, o dobro) que apresentam apenas um título de história local. A desproporção pode aumentar se forem considerados os outros 12 que contam com somente dois títulos, totalizando um conjunto de 32 municípios. Somados aos 17 municípios sem títulos, podemos dizer que há uma variação e uma grande desproporção na historiografia municipal estadual. Disso resulta ser possível indicar que ao lado dos municípios de tradição historiográfica, há outros em que a valorização da análise histórica do município não se constituiu como uma chave de conhecimento da sociedade local.

Diante desses dados, porém, é possível verificar que essa produção historiográfica fluminense não contou com qualquer apoio dirigido no plano estadual, à exceção do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) que se destaca como um editor constante desde os anos de 1990. Predomina, assim, o movimento editorial local, de pequenas editoras ou patrocinadas pelo poder municipal. Por outro lado, não se pode deixar de identificar que há alguns autores produtivos, com mais de um título dedicado à história do mesmo município. Alípio Mendes (1921-1998), por exemplo, desponta com 10 títulos sobre a história de Angra dos Reis, assim como Antonio Álvares Parada (1925-1986) tem 7 livros sobre a história de Macaé e Hilton Massa (1916-2011) publicou 3 livros sobre a história de Cabo Frio.⁵⁷ Outros nomes de autores poderiam ser mencionados para enriquecer a lista. Interessa frisar, porém, que certamente essa historiografia se caracteriza pelo engajamento desses autores na vida local.

Como contraponto, vale ressaltar que há autores igualmente produtivos, mas dedicados à pesquisa da história de mais de um município, como José Botelho Athayde (1916-1974), que aparece no levantamento realizado com 12 títulos referentes aos municípios de Volta Redonda, Cantagalo, Barra Mansa, Pinheiral, Pirai e Santa Maria Madalena. Nesse universo de autores, despontam

57 A produção historiográfica dos autores mencionados pode ser representada por alguns de seus títulos mais conhecidos: PARADA, Antonio Álvares. *Histórias da velha Macaé*. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 1980; MASSA, Hilton. *Cabo Frio: histórico-político*. Cabo Frio: Prefeitura Municipal, 1980.; MENDES, Alípio. *Angra dos Reis: da criação da vila até sua transferência para o local da atual cidade (1502-1624)*. Angra dos Reis: [s.n.], 1995.

vários nomes de sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), como Thalita de Oliveira Casadei (1921-2014), com títulos sobre Campos, Niterói, Paraty e Teresópolis; Marcelo de Ipanema (1924-1993) e Cybelle de Ipanema (1924-), com títulos sobre Angra dos Reis, Niterói e Paraíba do Sul; Salvador da Mata e Silva (1943-2016), com títulos sobre Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Santa Maria Madalena; Francisco Vasconcellos (1938-), com títulos sobre Petrópolis, Cantagalo e Campos; e Cláudio Moreira Bento (1931-), com títulos sobre Resende e Itatiaia. Nesse caso, pode-se indicar que os percursos historiográficos sobre a história dos municípios são desenvolvidos também por autores que não tiveram como lugar social de suas pesquisas históricas o engajamento direto na vida local como habitantes dos municípios estudados. Por outro lado, a constatação sugere que esses autores de obra variada encontraram na história dos municípios um desdobramento de seu programa de pesquisa sobre a história fluminense. Não sem razão, observa-se que o foco recai sobre municípios com uma história antiga de povoamento e ocupação, envolvidos por uma memória enquadrada pela tradição. Além disso, é possível que a participação desses autores e seus livros na vida municipal possa ser esclarecida por uma melhor caracterização do circuito de sociabilidade intelectual que integra os colaboradores das agremiações acadêmicas municipais.

Não há como deixar de reconhecer, no entanto, que essa rica produção de escrita da história local e municipal fluminense de fim do século XX está demarcada pela conjuntura histórica de mudanças políticas decorrentes da institucionalização do estado autoritário a partir de 1964 e que desembocou no processo de reconstrução do regime democrático no Brasil na década de 1980. A constituição do novo estado do Rio de Janeiro, em 1975, decorrente da fusão de unidades federativas anteriores, se realizou na época em que era vigente o controle das áreas de segurança nacional que subordinava o poder municipal ao governo federal. Na sequência dos acontecimentos, a renovação da ordem política se fortaleceu com a mobilização dos movimentos sociais e a luta pela afirmação da autonomia municipal. Sem dúvida, nesse contexto histórico, a construção de conhecimento da história encontrou novos referenciais, mesmo que, por vezes, a base afetiva e comemorativa tenha persistido. Um ajuste de tom é evidente e pode ser bem representado pela publicação de *O negro na história de Cabo Frio*, de Hilton Massa, lançado no ano do centenário da Abolição da Escravidão e que demonstra novas aproximações entre história e memória.⁵⁸ Não há risco em afirmar que diante dessa conjuntura de transformações sociais profundas, a partir da década de 1970 e especialmente nas duas décadas seguintes, a construção da memória social e a produção historiográfica local foram envolvidas de sentido político.

58 MASSA, Hilton. *O negro na história de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1988.

Nessa mesma época, chama atenção a constituição do campo de estudos da história da Baixada Fluminense. A partir de meados do século XX, a vida social dos municípios da região foi marcada por um intenso processo de urbanização e de expansão demográfica acelerada que resultou no desmembramento do antigo município de Nova Iguaçu para a criação de Duque de Caxias, em 1943, São João e Meriti e Nilópolis, em 1947. A nova configuração regional definiu a importância que a sociedade local passou a ter na política fluminense, ao menos desde a eleição do governador Roberto Silveira, em 1958, e pela liderança de Tenório Cavalcanti, o primeiro político com bases na Baixada Fluminense contemporânea, e cuja atuação influenciou os rumos da política regional.⁵⁹ Os anos de estado autoritário tiveram consequências sociais profundas na sub-região fluminense, onde as relações entre política e violência se tornaram uma marca forte da vida local.⁶⁰ Após anos de intervencionismo nos municípios, o período da reconstrução democrática nacional no Brasil repercutiu em nova época de criação de novos municípios na Baixada Fluminense. Nas antigas áreas do município de Nova Iguaçu, foram estabelecidos os municípios de Belford Roxo e Queimados, em 1990; Japeri, em 1991; e Mesquita, em 1999.⁶¹ A esses municípios pode se juntar ainda Guapimirim, desmembrado de Magé, em 1990; e Seropédica, criado em 1997 por desmembramento de Itaguaí.

Os usos políticos do passado acompanharam a mobilização do movimento social pela afirmação de novos municípios. A força dessa tendência pode ser representada por algumas realizações significativas e que resultaram em produção historiográfica com foco na sub-região da Baixada Fluminense. A história da criação e desenvolvimento do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas da Baixada Fluminense (IPHAB), fundada em 1997 e sediada em São João de Meriti, projetou o livro de Gênesis Pereira Torres (1946-2020), intitulado *Baixada Fluminense: a construção de uma história; sociedade, economia, política*, e que foi lançado em 2004.⁶² Por sua vez, em Duque de Caxias, a Associação de Professores e Pesquisa de História da Baixada Fluminense (APPH-Clio) desenvolveu um programa editorial variado, que se iniciou pela revista *Hydra de Igoassú, Cadernos de textos sobre a história local e regional Baixada Fluminense*, publicada entre 1998 e 2012, e foi alargado com vários títulos que se originaram de pesquisas de mestrado e doutorado, como o livro *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara*, de Nielson Rosa Bezerra, e

59 ROCHA, José Sergio. *Roberto Silveira: a pedra e o fogo*. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2003; e BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

60 ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio: história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH, 2003.

61 Para o estudo da história do movimento social na Baixada Fluminense, consulte-se: WOLF, Leila. *La démocratie au quotidien: histoire d'un mouvement de quartier au Brésil*. Paris: Syros Alternatives, 1993.

62 TORRES, Gênesis Pereira. *Baixada Fluminense: a construção de uma história; sociedade, economia, política*. São João de Meriti: IPHAB, 2004.

Escavando o passado da cidade: história política de Duque de Caxias, de autoria de MarluCIA Santos de Souza, publicado em 2014.⁶³ No caso das duas instituições, IPHAB e APPH-Clio, além dos laços com os centros universitários de pesquisa histórica, vale registrar ainda a estreita colaboração de seus membros tanto na fundação do Instituto Histórico de São João de Meriti, como pela participação no projeto editorial da revista *Pilares da História*, desenvolvido desde 2002 no âmbito do Instituto Histórico de Duque de Caxias.⁶⁴

Nesse sentido, é importante sublinhar que a luta pela autonomia municipal na Baixada Fluminense impulsionou uma construção intelectual inovadora do recorte regional, revendo a noção tradicional de Recôncavo da Guanabara para afirmar um conceito renovado de Baixada Fluminense que foi ratificado pela historiografia.⁶⁵

Em alguma medida, pode-se apontar que os recortes sub-regionais estabelecidos na historiografia fluminense em sua época pioneira ganhou nova versão nas pesquisas vinculadas aos programas de pesquisas universitárias, possivelmente explorando um jogo de escala peculiar à identificação de fatos singulares ou circunscritos, mas que são imbuídos de uma interrogação de alcance alargado.⁶⁶ Surpreende que no contexto da fusão das antigas unidades federativas ocorrida em 1975 e, desde então, de construção do novo estado do Rio de Janeiro, que promoveu no plano da organização política a integração entre a cidade e o antigo estado e que poderia se dirigir para uma leitura histórica da unidade regional, os rumos da historiografia apontaram para a valorização de abordagens locais e municipais e com o recorte das sub-regiões. Dito de outro modo, a pluralidade da democracia encontrou na historiografia regional um modo de promover a diversidade fluminense. Nesse percurso, a

63 Entre os títulos publicados pela APPH-Clio, além do livro de José Claudio Souza Alves, já citado, pode-se listar: BRAZ, Antonio Augusto & AMARAL, Tania Amaro. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade. Duque de Caxias: APPH-Clio*, 2010.; BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2011.; e do mesmo autor *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2012.; e SOUZA, MarluCIA Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

64 Para uma análise dos dois periódicos, veja-se: BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra & SILVA, Eliana Santos da Silva. Pelo caminho das letras e do patrimônio cultural: culturas afro-brasileiras nas revistas de Duque de Caxias/RJ. *Odeere*. Vitória da Conquista, ano 1, n. 2, v. 1, julho–dezembro de 2016. <http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1557/1342>.

65 SILVA, Lucia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. *Recôncavo*, Nova Iguacu, v. 3, n. 5, p. 47-63, jul-dez 2013. Disponível em: https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/1280/pdf_14.

66 Se o argumento parte da historiografia da Baixada Fluminense, em alguma medida, também pode identificar o que ocorre no tratamento da história do Bale do Paraíba e da Baixada Campista, que podem ser conferidos em: SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*; Vassouras, século XIX; Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.; PENHA, Ana Lucia Nunes. *Nas águas do canal: política e poder na construção do canal Campos-Macaé (1835-1875)*. Rio de Janeiro: APERJ, 2014.

memória e a história foram se distanciando, de modo que o passado deixou de ser o terreno do culto do sagrado para ser objeto da crítica.

Consciência historiográfica

Diante do panorama traçado da historiografia fluminense, pode-se concluir que nada permite identificar propriamente uma escola ou tradição historiográfica particular. Ao contrário, a historiografia fluminense se apresenta como universo plural e variado.

Em primeiro lugar, caracterizam-se variações da operação historiográfica que relacionam de diferentes modos lugares sociais, práticas e escritas. De um lado, destaca-se a importância que o compromisso com a prática da erudição teve na afirmação da objetividade da interpretação histórica, colocando a crítica documental no centro do processo de construção de conhecimento. Em seguida, observa-se que a escrita escolar da história integrou o regionalismo ao culto da pátria, fazendo da leitura do passado recurso da pedagogia cívica. De resto, observou-se como a historiografia assentada na adequação da história e da memória, rompeu o antigo elo de identidade arrancando a memória da história, deslegitimando o passado vivido para tomá-lo como a fonte da compreensão crítica das estruturas da sociedade.

Nesse movimento, conforme indica Pierre Nora, instala-se o sentido da consciência historiográfica, capaz de demonstrar que a história não é uma operação inocente.⁶⁷ Assim, rompe-se a fronteira entre uma escrita da história memorialista e ou universitária, oposição fixada desde que José Honório Rodrigues cunhou os seus termos.⁶⁸ Essa distinção, ao final, serve mais para hierarquizar lugares sociais de produção de conhecimento histórico do que destacar a particularidade de operações historiográficas, que entrecruzam os sentidos da construção do conhecimento histórico e os diálogos entre história e memória.

Por fim, cabe salientar que o caráter plural da historiografia fluminense reside tanto nas variações historiográficas quanto na delimitação variada da região. O recorte regional da historiografia fluminense, ora identifica-se com a medida da sub-região, ora com a medida política do estado ou do município, variando as escalas e sua combinação. Essa variação demonstra que a escrita da história é uma das formas pelas quais se define a região como uma noção aberta à construção significativa, não podendo ser reduzida ao dado natural. Fundamentalmente, sublinha-se que a marca fluminense da historiografia se define pela representação de uma experiência histórica regional autônoma em

67 NORA, Pierre. *Entre memória e história... op. cit.*

68 RODRIGUES, José Honório. A historiografia memorialista e o Rio de Janeiro. In: COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

relação à cidade do Rio de Janeiro, atual capital estadual. A região se define por uma distância simbólica entre a capital e o território estadual que a envolve, encontrando na escrita da história uma fonte para a naturalização da separação das conexões regionais que carrega junto a dificuldade de compreender o centro político como elo de integração regional. Na tradição de pensamento, que passa gerações, é que o fato regional encontra sua dimensão. Pode-se dizer que a escrita da história fluminense elabora diferentes representações do espaço regional reunidas numa historiografia constituída pela força da tradição que só pode ser contornada pela consciência historiográfica.

Recebido em 2 de julho de 2020.

1º parecerista em 3 de julho de 2020.

2ª parecerista em 9 de julho de 2020.

